

 [10.58876/rbbd.2023.1911928](https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911928)

Políticas de indexação em bibliotecas escolares: um estudo comparativo entre as bibliotecas escolares públicas e privadas de Londrina

Indexing Policies in school libraries: a comparative study between public and private school libraries in Londrina

Eduarda Adiemla Ferreira

Mestranda em Ciência da Informação pela
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

E-mail: eduarda.adiemla@uel.br

Elaine da Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail: elaine.silva1@unesp.br

RESUMO

Apresenta uma análise acerca da presença de políticas de indexação em bibliotecas escolares de escolas públicas e privadas. O artigo possui como objetivo geral verificar a presença e a eficácia das políticas de indexação e de bibliotecários em bibliotecas escolares públicas e privadas da cidade de Londrina, no Estado do Paraná. Para tanto, o percurso metodológico inclui o estudo de caso, para compreender as políticas de indexação e a presença de bibliotecários em bibliotecas escolares, e o estudo comparativo para perceber quais as diferenças e possíveis consequências entre as políticas de indexação em bibliotecas escolares públicas e privadas. Foram utilizados como instrumentos coleta de dados um questionário enviado às escolas selecionadas, entrevistas realizadas com os profissionais e observações nas bibliotecas. A partir da pesquisa foi possível constatar nas bibliotecas escolares públicas e privadas de Londrina que integraram o universo pesquisado que a existência da política de indexação não está garantida pela presença do bibliotecário, uma vez que nenhuma das bibliotecas entrevistadas possui política de indexação. Em complemento se ressalta a necessidade do profissional bibliotecário em todas as bibliotecas escolares, tendo sido observado que a rede estadual não possui o cargo de bibliotecário e, portanto, funcionários que não possuem capacitação adequada atuam nas bibliotecas ou salas de leitura, tornando a organização precária, a mediação quase inexistente e a gestão deficiente, sem a presença de qualquer política que indique quais ações implementar para o bom funcionamento e organização da biblioteca.

Palavras-chave: Indexação em bibliotecas. Bibliotecas escolares. Políticas de Indexação. Bibliotecas em escolas públicas. Bibliotecas em escolas privadas.

ABSTRACT

This article presents an analysis about the presence of indexing policies in school libraries of public and private schools. The article has as general objective to verify the presence and effectiveness of indexing policies and librarians in public and private school libraries in the city of Londrina, in the State of Paraná. Therefore, the methodological path includes the case study, to understand the indexing policies and the presence of librarians in school libraries, and the comparative study to understand the differences and possible consequences between indexing policies in public and private school libraries. Data collection was used a questionnaire sent to the selected schools, interviews with professionals and observations in libraries. From the research it was possible to observe in the public and private school libraries of Londrina that they integrated the researched universe that the existence of the indexing policy is not guaranteed by the presence of the librarian, since none of the libraries interviewed has an indexing policy. In addition, the need for the librarian professional in all school libraries is emphasized, and it was observed that the state network does not have the position of librarian and, therefore, employees who do not have adequate training work in libraries or reading rooms, making the organization precarious, mediation almost non-existent and poor management, without the presence of any policy that indicates which actions to implement for the good function and organization of the library.

Keywords: Indexing in libraries. School libraries. Indexing policies. Libraries in public schools. Libraries in private schools.



1 APRESENTAÇÕES GERAIS

Irrefutavelmente importante na atualidade, a biblioteca deixa de ser considerada um simples local de armazenamento de informação, paradigma próprio do modelo tradicional tecnicista da biblioteconomia (ARAÚJO, 2014), se tornando um espaço de relação social, comunicação, compartilhamento de conhecimento e lazer, elementos característicos da abordagem crítica (ARAÚJO, 2014) entre outros diversos papéis que passou a realizar na sociedade, tal como o de contribuir no processo de ensino-aprendizagem e formação do indivíduo como ser social, tarefa essa, que pode ser considerada de grande importância e valor social.

Dessa maneira, as bibliotecas foram integradas ao espaço escolar, originando as bibliotecas escolares. Hernandez (1998 apud MENDES; SOUSA, 2016, p. 19) destaca a importância da pesquisa bibliográfica no processo de ensino-aprendizagem, segundo estes autores

[...] o melhor caminho para ensinar é a pesquisa bibliográfica escolar, pois, através dessa atividade, criam-se formas para questionamentos e estabelecem-se novas relações, além da mistura de diferentes contextos, através da mediação do bibliotecário, principal organizador e democratizador das informações presentes na biblioteca (MENDES; SOUSA, 2016, p. 19).

Essas bibliotecas estão diretamente ligadas às instituições de ensino e, portanto, ambas devem trabalhar em conjunto para melhor atender a seu público, de maneira que o que é ensinado em sala de aula possa ser aprofundado na biblioteca, e o que se é entendido na biblioteca gere curiosidade e questionamentos e seja capaz de ser assimilado em sala de aula. Dessa forma é preciso que os usuários tenham acesso à informação, ou seja, é imprescindível que a biblioteca escolar torne possível a recuperação da informação de maneira correta, fácil e ética.

Nesse contexto, para que temáticas abordadas em aulas se conectem à acervos e atividades da biblioteca, destaca-se a pertinência de uma política de indexação de qualidade, e principalmente, específica para as bibliotecas escolares.

Para Fujita e Gil Leiva (2009, p. 156):

A indexação, e, por conseguinte sua política deve fazer parte do planejamento dos sistemas de informação de modo a compor-se como um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios da cultura organizacional.

Assim uma política de indexação é um produto informacional que direciona as ações do profissional indexador no momento da indexação de acordo com “[...] a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema; [...] os recursos humanos, materiais e financeiros” (CARNEIRO, 1985, p. 222).

Tal como existem diferentes usuários, as bibliotecas também se diferenciam para atender os diversos públicos, o mesmo pode ser dito para as instituições de ensino.

Logo, surgem os seguintes questionamentos: 1) as Políticas de Indexação, e em complemento, os bibliotecários, estão presentes em bibliotecas escolares de diferentes contextos socioeconômicos e culturais? 2) Se esta presença é existente, quais as diferenças quando comparadas as políticas de bibliotecas escolares de escolas particulares e de escolas públicas?

O aprofundamento dentro da temática explica-se por poder evidenciar a importância, não somente das bibliotecas escolares, dos bibliotecários e das políticas de indexação, mas também como a sua presença e construção podem afetar, positivamente ou negativamente, a representação, a recuperação e a gestão da informação dentro das bibliotecas escolares, e por conseguinte os processos de educação.

Assim o objetivo geral deste artigo consiste em verificar a presença e a eficácia das políticas de indexação e dos bibliotecários em bibliotecas escolares públicas e privadas da cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

Os objetivos específicos são: 1) Identificar a presença de bibliotecários e de políticas de indexação em bibliotecas escolares públicas e privadas de Londrina. 2) Apontar as diferenças entre as políticas de indexação de bibliotecas de escolas privadas e de escolas públicas. 3) Demonstrar como os diferentes contextos socioeconômicos podem ou não afetar as políticas de indexação através da forma como as mesmas foram idealizadas.

Para o alcance dos objetivos propostos, à esta seção introdutória se segue seção dedicada a conhecer aspectos característicos da biblioteca escolar, com enfoque para aproximações e divergências entre bibliotecas escolares públicas e privadas, e com

relação ao papel do bibliotecário nesses contextos. Ainda no âmbito de aporte teórico, são discutidas as políticas de indexação e respectivas funções. Em continuação, se apresentam os procedimentos metodológicos, seguidos da apresentação e análise de resultados e conclusões.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR

De acordo com Silva (2011) as bibliotecas escolares surgem no Brasil juntamente com a fundação de colégios religiosos (conventos) pelos jesuítas, vertendo-se posteriormente para diversas religiões. Esse quadro, em que bibliotecas escolares eram em grande parte de cunho religioso, perdurou até 1835, quando o Marquês de Pombal proibiu o noviciado, assim começou o declínio dos conventos e portanto da educação de caráter religioso.

Silva (2011) explica que esse fato proporcionou espaço para o surgimento de outras escolas que buscavam ensinar conteúdos diversos e menos focados na religião, as escolas religiosas ainda se mantiveram, porém com menor força. Foi aproximadamente em 1870 que as escolas e as bibliotecas escolares de caráter religioso tomaram o formato que têm hoje. (CASTRO, 2000). É também nesse momento, segundo Silva (2011), que as escolas e conseqüentemente as bibliotecas escolares se dividem entre públicas e privadas, garantindo maior acesso informacional àqueles mais privilegiados financeiramente, dessa forma limitando o conhecimento à disposição daqueles menos favorecidos, separando a população. Deste modo a biblioteca virou um divisor cultural e informacional, ao contrário de seu verdadeiro propósito, que é promover condições de agregar ao repertório de conhecimento de seus usuários e não discriminar por falta de recursos econômicos e diferenças culturais.

Corroborando com o autor supracitado, para Terra, Fujita e Augustín-Lacruz (2016, p. 280, tradução nossa)

Uma biblioteca escolar é um componente essencial de qualquer sistema educacional e seu uso é o elemento nuclear no processo de ensino-aprendizagem destinado à educação integral de crianças e jovens para que os permita tornarem-se cidadãos participantes no progresso da comunidade.

A biblioteca enquanto instituição informacional tem crescido em importância e reconhecimento de sua relevância ao longo dos anos. A afirmativa encontra sustentação em atos tais como a Lei de Universalização das Bibliotecas, Lei no 12.244, que foi publicada em maio de 2010 e sanciona que “Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2010). Por meio desta Lei, a importância da biblioteca escolar e do bibliotecário foram alicerçados efetivamente, o apoio legal trouxe uma nova luz à necessidade da biblioteca e do profissional da informação dentro das instituições de ensino. Porém, é importante ressaltar que este foi só o primeiro passo, deve-se agora aprimorar esses espaços educacionais de grande importância.

A Lei supracitada faz crer que é perceptível que o Governo Federal percebeu a necessidade e importância das bibliotecas dentro do âmbito escolar, porém isso não necessariamente solucionou o problema da falta de bibliotecas em escolas, apenas evidenciou. A Lei também sancionou um prazo de dez anos para o cumprimento e o fato é que, doze anos após a promulgação da referida lei, existem inúmeras escolas que ainda não possuem uma biblioteca para a sua comunidade escolar. Mendonça (2016) afirma que a Lei, apesar de sua tentativa de ser inclusiva, acaba por evidenciar ainda mais a diferença entre o setor educacional público e privado, deixando o último em posição privilegiada em relação ao contexto público. Este fator destacado por Mendonça (2016) não se constitui, necessariamente, em um indicativo de qualidade, mas sim de maiores recursos financeiros a serem investidos (SILVA, 2011).

2.1 BIBLIOTECA ESCOLAR PÚBLICA E BIBLIOTECA ESCOLAR PRIVADA

Como mencionado, este artigo busca comparar as políticas de indexação das bibliotecas escolares situadas em escolas particulares ou privadas e escolas públicas, portanto é necessário que se defina o que vem a ser tais instituições e o que as diferem. Todavia, nas buscas da presente pesquisa, não foram localizadas definições específicas para bibliotecas escolares públicas e bibliotecas escolares privadas e nem comparações entre elas.

Apesar dos vastos resultados, ao analisar as fontes consideradas relevantes, nenhuma definição para os dois tipos de bibliotecas escolares foi encontrada. Nos trabalhos recuperados, os que as diferenciam além de suas instituições são as

características do local. Porém essa diferenciação de aspectos físicos não as define, uma vez que esse fato se dá ao investimento financeiro feito pelas instituições. Dessa maneira, este tópico busca definir o que são bibliotecas escolares públicas e privadas e como elas são diferenciadas. Para tanto, foi utilizado como subsídio o conceito de biblioteca pública, e a partir desse conceito foi possível inferir o que vem a ser uma biblioteca escolar pública.

De acordo com Carias (2012, p. 36)

A Biblioteca Pública surge no Manifesto da IFLA/ UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, como um “centro local de informação”, que oferece serviços de biblioteca a todos, sem exceção e sem impor qualquer tipo de discriminação ou de censura. É um espaço aberto, de forma gratuita, a todos os grupos etários que nele devem poder encontrar coleções e serviços adequados às suas necessidades e interesses, utilizando todos os tipos de suporte e as modernas tecnologias.

Assim esse tipo de biblioteca tem como objetivo ser o mais inclusivo e abrangente possível, porém quando levado em consideração que a biblioteca está situada dentro de uma instituição de ensino ela pode excluir certos públicos.

Para analisar as diferenças entre as bibliotecas escolares públicas e privadas pode-se fazer uso da análise entre as instituições de ensino públicas e privadas. Uma instituição de ensino pública, é toda entidade de educação que é gratuita, de acesso livre, em especial para sua comunidade escolar. Assim pode-se chegar à conclusão de que uma biblioteca de uma escola pública é uma organização que pretende fazer a guarda, organização e disponibilização de informação gratuitamente, assim como oferecer serviços e produtos para a mediação, gestão e uso de informação para todos aqueles que compõem a comunidade escolar, destarte os serviços são realizados e disponibilizados sem exceção, discriminação ou censura para todos que integram este contexto.

Em contrapartida uma instituição privada, é uma organização que não é de acesso livre. Ela é acessível para aqueles que possuem meios de compensar monetariamente pelos seus serviços. Portanto, para usufruir de sua infraestrutura é necessário o constante pagamento. Essas organizações por serem privadas, possuem suas características particulares, diretrizes e políticas institucionais, não possuindo um padrão para todas. Fica claro então que uma biblioteca situada dentro de tal contexto também seguirá esses preceitos, sendo acessível somente para uma minoria introduzida no contexto educacional daquela instituição. Seu acesso pode, ou não, ser mediante pagamento de

taxas, ainda que a biblioteca tenha como objetivo alcançar o maior número de usuários possíveis.

2.2 BIBLIOTECÁRIO

Em qualquer instituição, seja pública ou privada, o bibliotecário é necessário e insubstituível, inclusive em escolas que atendem ao público jovem. O profissional da informação possui o papel de organizar, zelar e propiciar o acesso e apropriação da informação de maneira que alcance o usuário sem ambiguidade, de maneira fácil e clara. Nessa perspectiva, diferentes de outras bibliotecas, nas bibliotecas escolares o profissional precisa adaptar-se ao ambiente voltado para o público infanto-juvenil, que mantém em uma organização mais informal, se comparada a bibliotecas universitárias ou especializadas, por exemplo.

Um profissional de biblioteca escolar tem que se adequar com o seu ambiente, já que em uma biblioteca universitária se trata de uma linguagem mais formal, na biblioteca escolar ele terá que primeiramente gostar de trabalhar com crianças, se adequar ao ambiente) que irá trabalhar e sempre buscar o uso de uma linguagem mais informal. (MAIA, 2015, p. 18-19)

Todavia, apesar do ambiente de trabalho requerer uma forma de atuação mais informal e voltada ao público jovem, os processos técnicos ainda devem ser realizados, assim como políticas para o desenvolvimento dos processos necessários para o atendimento ao público usuário da biblioteca. Portanto a atuação do profissional bibliotecário nas bibliotecas escolares é de extrema relevância. O Manifesto da IFLA/UNESCO "O bibliotecário é o membro profissionalizante qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar" (2002, p. 3).

De acordo com o mesmo manifesto é responsabilidade do bibliotecário:

- Formular política própria para os serviços de biblioteca, definindo objetivos, prioridades e serviços de acordo com o currículo da escola;
- Aplicar padrões profissionais na organização e manutenção da biblioteca escolar;
- Prover acesso a serviços e à informação a todos os membros da comunidade escolar, e funcionar dentro do contexto da comunidade local.

- Incentivar a cooperação entre professores, gestores experientes na área escolar, administradores, pais, outros bibliotecários e profissionais da informação e grupos interessados da comunidade. (IFLA/UNESCO, 2002, p. 3).

Dessa forma fica claro que assim como realizar a mediação da informação e prover os serviços diários da biblioteca escolar, o bibliotecário também deve desenvolver políticas para estabelecer as diretrizes das ações e processos a serem realizadas pela biblioteca.

Nesta pesquisa foca-se especialmente na necessidade das políticas de indexação nas bibliotecas escolares, porquanto o processo de indexação é indispensável em toda biblioteca, e assim como tantos outros processos biblioteconômicos, não é um procedimento simples e deve ser realizado por profissionais capacitados, logo, o bibliotecário é indispensável para toda e qualquer unidade informacional.

É papel do profissional da informação idealizar, elaborar e implementar uma política de indexação que atenda às demandas dos leitores de forma ética e ainda respeitar os objetivos, valores e visão da instituição de ensino a qual a biblioteca pertence. O bibliotecário é encarregado de decidir a forma com que a indexação será realizada no momento em que a política e seus manuais são elaborados, conseqüentemente a maneira que o conteúdo informacional será organizado e apresentado na biblioteca. Ele também é influenciador dos resultados das buscas realizadas, uma vez que os resultados de busca estão diretamente ligados a indexação, logo pode ser um regulador e ou promovedor das informações disponibilizadas aos usuários, por conseguinte é em parte corresponsável pelos processos de ensino e aprendizagem dos usuários.

Para Gomes (2013, p. 14-15),

Além de desempenhar as funções [...] de sua competência como todo o processamento técnico, organização, administração e disseminação do acervo, o bibliotecário precisa exercer a função de educador. [...] Desta forma, a biblioteca escolar deve permitir, momentos de aprendizagem contínua, com isso o bibliotecário precisa ser dinâmico e usar de todos os seus conhecimentos e recursos disponíveis para a formação dos seus usuários, transmitir o conhecimento através de seus suportes informacionais, de forma que permita que a biblioteca cumpra seu papel de educadora.

Deste modo, fica claro, que o bibliotecário, a influência do bibliotecário, e por

consequência o trabalho desenvolvido no contexto da biblioteca, seja ele interagindo diretamente com o usuário ou através dos processos técnicos realizados, vai muito além das paredes da biblioteca. Se acredita que, o trabalho realizado pelo profissional bibliotecário em consonância com o processo educacional e informacional do leitor irão influenciar, positivamente ou negativamente a depender da maneira realizada.

A atuação do bibliotecário, assim como as políticas de indexação, também pode ser afetada em seu desempenho dependendo da instituição em que atua. Assim um bibliotecário de uma escola particular pode executar sua função de maneira diferente daquele de escola pública, uma vez que fatores socioeconômicos das comunidades atendidas, interferem nas atividades realizadas e necessidades informacionais. O bibliotecário e, portanto, o processo de indexação, serão influenciados a partir da comunidade ao seu redor.

3 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO

De acordo com Marília Vidigal Carneiro (1985) uma política de indexação, como um guia para tomada de decisões, que deve considerar a organização, seus valores e objetivos, o usuário que será atendido e os recursos humanos à sua disposição. Esses três fatores norteiam as decisões do bibliotecário para o desenvolvimento da política de indexação, porém devem ser considerados como fatores preponderantes para qualquer outra atividade ou processo realizado pelo bibliotecário.

A representação e recuperação da informação dentro da política de indexação de acordo com Rubi (2009) será norteada por quatro princípios: exaustividade, revocação, especificidade e precisão. Eles podem ser considerados os norteadores de como a indexação será feita e por consequência como ela apresentará resultados. Todos os quatros princípios andam de ‘mãos dadas’ e influenciam uns aos outros e podem ser tratados como valores éticos do profissional indexador.

A especificidade é usada quando a finalidade é restringir a busca e portanto os resultados, para isso descritores mais específicos e precisos são escolhidos para a descrição de material, contudo essas escolhas acabam por também limitarem os usuários que farão a busca ou que encontrarão esses materiais. “A especificidade está relacionada ao nível de abrangência que a biblioteca e a linguagem documentária permitem especificar os conceitos identificados documento.” (RUBI, 2009, p. 85). Essa escolha de

indexação trabalha com a profundidade, assim quanto mais profundos e precisos são os termos indexados, menor será o número de resultados, porém mais objetivos serão os resultados.

O princípio da precisão trabalha da mesma maneira, porém visando os resultados. Ao detalhar processos e atividades de um Serviço de Indexação e Resumos (SIR), Lopes (1985, p. 249) destaca que “Precisão é a capacidade do SIR em fornecer apenas referências relevantes, eliminando as que não são relevantes para a questão”. Ela sacrifica a quantidade pela relevância do retorno da busca, aumentando as chances de recuperação de conteúdo de maior utilidade. Dessa maneira, precisão está ligada diretamente à especificidade.

A exaustividade por sua vez trabalha com a quantidade de termos usados para a indexação.

A exaustividade diz respeito ao número de termos atribuídos como descritores do assunto do documento, ou seja, em que medida todos os assuntos discutidos no documento são reconhecidos durante a indexação e traduzidos na linguagem documentária da biblioteca. Quanto mais exaustiva for a indexação, mais termos ela vai empregar. (RUBI, 2009, p. 85)

Logo tornam tanto a busca, quanto os usuários que possuem acesso, mais abrangentes, assim como também os resultados. Ela é usada quando a indexação prioriza a diversidade temática do material.

Para Lopes (1985, p. 248) “Revocação é a capacidade do SIR de oferecer, em resposta a uma questão, todas as referências relevantes existentes na base de dados”. Assim como a precisão, seu foco está nos resultados recuperados.

A revocação está ligada indiretamente com a especificidade e portanto diretamente com a exaustividade. Quanto mais exaustivamente um material é indexado, maior o número de resultados, todavia não necessariamente esse fato é uma vantagem, uma vez que pode gerar resultados não úteis para o usuário.

A política de indexação documentará a escolha realizada pelo bibliotecário entre a exaustividade e a especificidade na hora de indexar levando em consideração alguns fatores: 1) a quais usuários a unidade atende, ou seja, qual o nível de escolaridade, quão específicos eles são no momento da busca, isto é, o perfil geral dos clientes; 2) a unidade

informacional: a quem ela atende, quais seus materiais, ela é específica ou diversificada; 3) por último, quantos profissionais estão à disposição para a indexação e qual seu nível de formação. Esses fatores determinarão entre a especificidade e a exaustividade da indexação, visando enfocar maior, revocação ou precisão na recuperação da informação.

Neste momento é necessário tomar extremo cuidado quanto à escolha dos elementos, visto que, a biblioteca escolar trabalha com o público infante-juvenil, assim como usuários adultos, então é preciso saber balancear os quatro princípios, uma vez que crianças podem não ser tão precisas quanto adultos, que por sua vez tendem a ser pontuais em suas buscas, assim como também deve considerar os valores e os fatores econômicos da instituição na qual a biblioteca está inserida, portanto,

[...] estabelecer uma política de indexação que vá ao encontro das metas e objetivos educacionais é primordial para que a Biblioteca Escolar antecipe-se às necessidades de informação de sua comunidade usuária. (SILVA; SANTOS, 2012 p. 181)

De acordo com Nunes (2004, p. 57) “Mesmo uma pequena biblioteca pode e deve formular a sua política de indexação adequada aos recursos de que dispõe ou que consegue mobilizar”.

Nessa perspectiva, é evidente que subsequente ao estabelecimento de bibliotecas escolares em instituições de ensino é fundamental a implantação de processos de tratamento da informação, entre eles organização, representação e indexação, contexto em que se evidencia a relevância das políticas de indexação.

Portanto, uma biblioteca escolar pode e deve formular sua política de indexação, adequada aos recursos de que dispõe ou que consegue mobilizar, pois desta forma poderá aperfeiçoar e garantir uma qualidade nos serviços oferecidos (SILVA; SANTOS, 2012, p. 176).

A política de indexação eleva o nível da qualidade que a biblioteca escolar oferece a instituição de ensino, pois ela torna possível a busca e a recuperação da informação de forma eficaz e eficiente para os usuários.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para essa pesquisa foi realizado um estudo de caso comparativo com abordagem

quali-quantitativa. Para a coleta de dados foi desenvolvido um questionário que foi enviado às escolas do universo pesquisado; uma entrevista aplicada em escolas selecionadas da rede pública e da rede privada totalizando oito escolas; e a observação nas mesmas escolas selecionadas para a entrevista. O critério de seleção foi baseado no total de matrículas das escolas, selecionando-se as oito escolas com maior número de matrículas registradas no ano de 2022.

O estudo de caso é uma metodologia usada extensivamente. Yin (2002, p. 13) conceitua caso como o “[...] fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claros e o pesquisador tem pouco controle sobre o fenômeno e o contexto”. Em completo, Merriam (1998, p. 27) explica o caso como algo mais abrangente, sendo que “[...] o caso é algum tipo de fenômeno que ocorre num contexto limitado”. Desta forma fica claro que estudos de caso, em termos simples, nada mais são que o estudo de tais fenômenos que fogem do domínio do pesquisador, porém ainda se situam dentro do limite de um mesmo contexto, com o intuito de explicar a maneira como isso acontece e sua justificativa.

O universo da pesquisa abrange e limita-se a bibliotecas escolares, que atendam ao público do ensino fundamental do regime regular - anos finais (quinto ao nono ano) e ensino médio do regime regular, pertencentes a escolas públicas e escolas particulares da cidade de Londrina, no Estado do Paraná. Desta forma o universo é composto de um total de 112 (cento e doze) escolas, das quais 44 (quarenta e quatro) são privadas e 68 (sessenta e oito) são públicas. A busca pelas escolas foi realizada no site da Secretária da Educação do Estado do Paraná – Consulta Escola (<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java>). Para a seleção das escolas participantes da entrevista foi utilizado como critério de escolha a quantidade de matrículas em cada escola, assim foram selecionadas as bibliotecas instaladas em unidades escolares com maior número de matrícula que atendem tanto o público do ensino do fundamental II como o ensino médio (Quadro 1).

Quadro 1 – Número de matrícula por escola.

ESCOLAS PRIVADAS	MAT.TOTAIS	MAT. EF	MAT. EM
Colégio Maxi	1236	392	536
Colégio Londrinense	1223	474	446
Colégio Marista	987	340	278
ESCOLAS PÚBLICAS	MAT. TOTAIS	MAT. EF	MAT. EM
Instituto de Educação Estadual de Londrina	1729	379	1313

Colégio Estadual Marcelino Champagnat	1722	574	708
Colégio Estadual Hugo Simas	1527	577	760
Colégio de Aplicação Pedagógica Professor José Aloísio Aragão - UEL	1527	765	446
Colégio Estadual Polivalente	1466	555	837

Legenda: MAT (Matrículas), EF (Ensino Fundamental), EM (Ensino Médio).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em informações do Consulta Escola e QEdu. (2022).

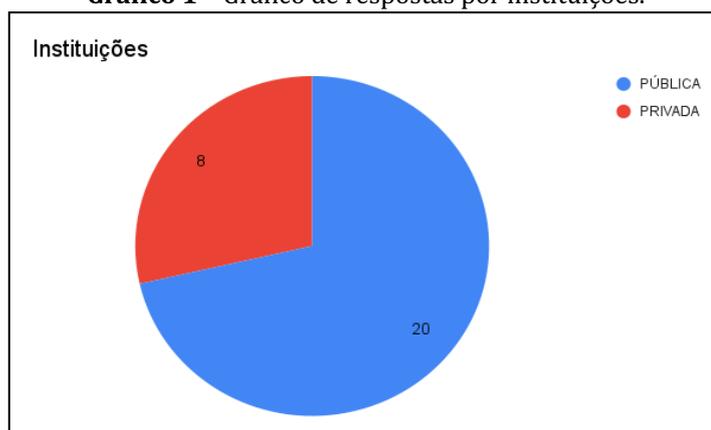
Para a coleta de dados do estudo de campo foram desenvolvidos três instrumentos: um questionário que foi aplicado nas 112 escolas públicas e privadas do universo de pesquisa de maneira remota através do Google Forms, enviada via e-mail; entrevistas aplicada *in loco* em escolas privadas e públicas selecionadas; e um roteiro de observação aplicada nas mesmas escolas em que as entrevistas foram realizadas. O questionário foi dividido em três partes, a primeira que caracteriza a instituição; a segunda que caracteriza a biblioteca, seus processos e o bibliotecário; e a terceira, que identifica a existência e uso de uma política de indexação e suas características. O questionário ainda indaga a respeito de motivos por haver bibliotecas ou bibliotecários e para o uso ou não de políticas de indexação ou outros processos de organização da informação e do conhecimento.

As entrevistas e as observações foram aplicadas nas escolas de maior porte em Londrina por atenderem ao critério de maior número de usuários.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

O questionário utilizado como fonte de coleta desta pesquisa foi enviado para todas as escolas que totalizam o universo de pesquisa sendo então 112 escolas contatadas pelo e-mail encontrado na página da Secretaria da Educação do Estado do Paraná – Consulta Escola. O instrumento questionário foi composto por 20 questões, sendo cinco perguntas abertas e 15 de múltipla escolha. Do total de 112 colégios, 28 responderam, correspondendo a 25% das escolas. Das 28 respostas, 20 foram de escolas públicas e apenas 8 de escolas privadas, o que indica um maior interesse e disponibilidade em entender o espaço que compreende a biblioteca escolar por parte das escolas públicas (Gráfico1).

Gráfico 1 – Gráfico de respostas por instituições.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas informações extraídas das respostas do questionário - 2022. Descrição do gráfico: gráfico redondo representando as respostas das instituições, dividido nas categorias “Pública”, em azul e representando o total de vinte instituições, e “Privada”, em vermelho e representando o total de oito instituições.

A seguir, o questionário buscou informações acerca da presença de equipamento cultural dedicado a informação cultural, perguntando se a unidade escolar possuía em suas dependências biblioteca, sala de leitura ou outra tipologia que correspondesse.

Do total de 28 instituições que responderam, 26 afirmam possuir bibliotecas, uma escola indicou possuir sala de leitura e outra indicou uma sala de estudos, sendo ambas instituições privadas. Apenas uma das instituições possui a biblioteca ou sala de leitura a menos de cinco anos, todas as outras 27 afirmam possuir o equipamento cultural há mais de cinco anos.

Quadro 2 – Bibliotecários em instituições privadas

EXPERIÊNCIA	1 BIBLIOTECÁRIO	ATÉ 3 BIBLIOTECÁRIOS	MAIS DE 3 BIBLIOTECÁRIOS	NENHUM BIBLIOTECÁRIO	TOTAL DE BIBLIOTECÁRIOS
MAIS DE 5 ANOS	6	1	0	1	8

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no questionário aplicado na pesquisa (2022)

Quadro 3 – Bibliotecários em instituições públicas

EXPERIÊNCIA	1 BIBLIOTECÁRIO	ATÉ 3 BIBLIOTECÁRIOS	MAIS DE 3 BIBLIOTECÁRIOS	NENHUM BIBLIOTECÁRIO	TOTAL DE BIBLIOTECÁRIOS
MAIS DE 5 ANOS	8	0	1	10	20
ENTRE 2 E 5 ANOS	0	0	0	1	

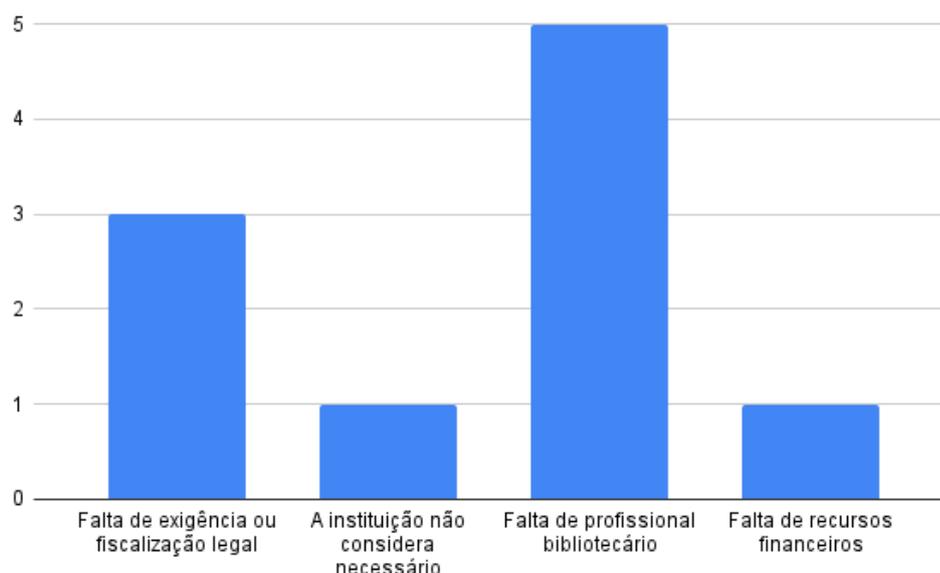
Fonte: Elaborado pelas autoras com base no questionário aplicado na pesquisa (2022)

Quando questionados sobre a existência do bibliotecário (questão 3) o resultado, conforme apresentado pelos quadros acima (quadro 2 e 3), foi que, dezesseis bibliotecas escolares possuem pelo menos um bibliotecário e 12 (doze) não possuem bibliotecário, destas, uma instituição de ensino privada e as demais públicas. O que indica maior investimento nas bibliotecas em instituições privadas, é seguro inferir que a causa, provavelmente, está nos recursos financeiros, que podem ser aplicados conforme os interesses da instituição.

Com relação à experiência dos profissionais, 16 (dezesseis) bibliotecas possuem pelo menos um bibliotecário com mais de cinco anos de experiência e uma possui somente um profissional com mais de um ano. As outras 12 (doze) instituições, indicaram não possuir bibliotecário, porém quatro possuem um técnico, uma possui um professor e as outras apontaram que outro funcionário é responsável pela biblioteca. Os respondentes ainda foram questionados sobre o motivo pelo qual não há o profissional na instituição foram:

- 1) Falta de recursos financeiros;
- 2) Falta de profissional bibliotecário;
- 3) Falta de exigência ou fiscalização legal;
- 4) A instituição não considera necessário.

Gráfico 2 – Gráfico de motivos para a falta de profissional.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas informações extraídas das respostas do questionário - 2022.

Das quatro respostas mencionadas, a falta de exigência e fiscalização foi a mais selecionada assim como apontado pelo gráfico acima.

Em relação ao acervo, 25 (vinte e cinco) bibliotecas, ou seja 89%, possuem mais de mil itens na biblioteca. Quando solicitado qual a abrangência dos materiais, em sua maioria as bibliotecas possuem itens literários, materiais didáticos e itens de temas transversais.

No que diz respeito aos processos técnicos mais de 70% das bibliotecas realizam classificação e catalogação. Deste percentual, todas as oito bibliotecas privadas realizam esses processos técnicos.

No que tange ao processo de indexação, onze das 28 bibliotecas o realizam, sendo quatro privadas e sete públicas, outras onze bibliotecas não realizam o processo, sendo três privadas e oito públicas, as restantes seis das bibliotecas relatam não saberem o que é o processo. Os resultados demonstram que a falta de bibliotecário pode ser considerada a uma das causas para a não realização desse processo, porém não a única, uma vez nas bibliotecas das escolas privadas, ainda que quase todas possuam um bibliotecário, o processo só é realizado em metade delas, o que revela que questões socioeconômicas só impedem a realização do processo de indexação nas escolas em que não há a presença do profissional bibliotecário. Nas escolas privadas, pode-se inferir que em alguns casos o bibliotecário opta por não realizar o processo. Em seguida (Gráfico 2), o questionário indaga sobre a existência de política de indexação. Vinte bibliotecas não possuem políticas, enquanto seis das oito restantes fazem uso de suas próprias políticas, as outras duas relataram usar políticas de fontes externas, do total que faz uso de Políticas de Indexação, três são privadas.

Gráfico 3 – Gráfico de Política de Indexação em bibliotecas escolares



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas informações extraídas das respostas do questionário – 2022. Descrição do gráfico: gráfico redondo representando as respostas das instituições quanto ao uso de políticas de indexação, dividido nas categorias “Sim, possui sua própria política”, em azul e representando o total de seis instituições, “Não”, em vermelho e representando o total de vinte instituições e “Sim, faz uso de uma política de indexação de fontes externas”, em amarelo e representando duas instituições.

As respostas foram as mesmas quando perguntado sobre a existência do manual de indexação. Neste item, 67% responderam não possuir e 33% dizem possuir. Situação em que somente as bibliotecas das instituições privadas tiveram respostas coerentes com relação a fonte, indicando desconhecimento do documento.

A última parte do questionário ficou livre para o profissional indicar informações que considerava relevante a pesquisa. As bibliotecas de cunho privado meramente informaram algumas informações sobre a natureza da biblioteca ou deixaram sem resposta, as bibliotecas escolares de cunho público todavia deixaram comentários como:

- ✓ *“Nas escolas estaduais foram retirados a função de bibliotecário, com isso não temos ninguém com conhecimento para organizar a mesma. Isso prejudica os alunos por não podem utilizar os livros para leitura e nem o espaço.”*
- ✓ *“A escola não possui bibliotecário pois o estado não contrata”*
- ✓ *“As bibliotecas escolares do estado não possuem o Cargo de bibliotecário, mas sim de Agente Educacional II, que pode atuar na biblioteca, ou na Secretaria da escola! Na biblioteca em questão coincidiu da funcionária possuir formação em Biblioteconomia!”*

Estas respostas são indicativos de que se pode considerar que apesar das escolas públicas participantes do universo de pesquisa indicarem a existência do bibliotecário em

sua maioria, podemos entender que esse dado não condiz com a realidade para todas as bibliotecas da rede pública, levando a inferir que, embora a profissão de bibliotecário requer um profissional formado em biblioteconomia, os respondentes do questionário ainda consideram o profissional responsável pelo espaço biblioteca como bibliotecário.

As entrevistas foram realizadas em oito escolas, sendo cinco públicas e três privadas. Com o intuito de manter a confidencialidade dos entrevistados, as bibliotecas das respectivas escolas são aqui identificadas por números de um a oito.

O segundo instrumento de coleta de dados consistiu na entrevista aplicada às escolas selecionadas identificadas no Quadro 1.

A entrevista começa com a identificação do cargo do profissional da biblioteca, nas bibliotecas escolares públicas todas as cinco são de responsabilidade de profissionais das mais diversas áreas que não bibliotecários. Já no contexto das escolas particulares, todas empregavam um bibliotecário. Quanto à experiência, todos tinham pelo menos cinco anos trabalhando em bibliotecas. Indicativo de que a falta de bibliotecário na rede pública não é nenhuma novidade, assim como a rede privada reconhece a necessidade de tal profissional dentro das bibliotecas escolares.

A questão seguinte indaga sobre a automatização dos processos da biblioteca. A maioria das bibliotecas escolares estaduais, assim como as privadas, possuem pelo menos um processo automatizado, contudo não todos os processos, e duas bibliotecas de escolas públicas ainda não possuem automatização. Uma delas indicou que houve a tentativa, porém, a escola possui “limitações financeira e estruturais” [Responsável pela Biblioteca 2, colégio público]. É pertinente afirmar que esse insucesso pode se dar pelo fato de os responsáveis não serem bibliotecários e não possuírem o conhecimento sobre os softwares livres para gestão de bibliotecas.

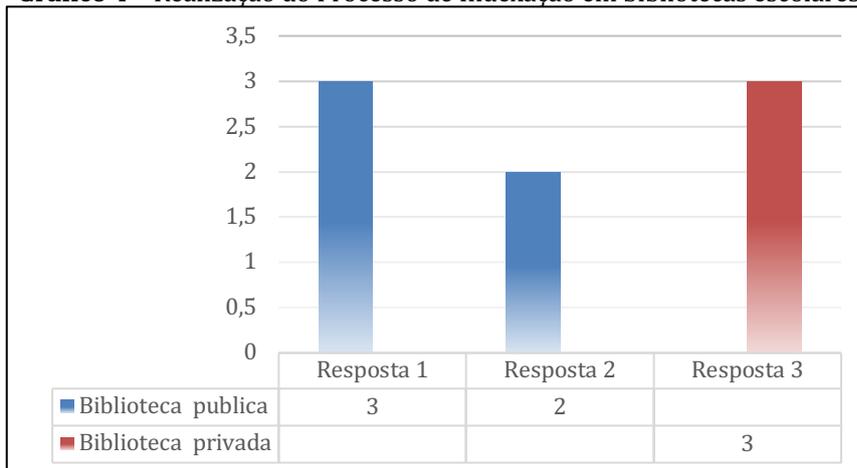
As buscas são realizadas pelos bibliotecários ou pelos responsáveis pelas bibliotecas quando possuem automatização; ou seja, pode ser realizada pelo sistema, exclusivamente pelos profissionais, caracterizando assim uma busca delegada, em que os alunos e professores, quando necessário, devem solicitar o material ao profissional ou então fazer a busca direto nas prateleiras, livro a livro. A exceção foi observada em apenas dois colégios: o Colégio 3 (privado), em que o sistema possibilita a busca realizada pelo usuário, e o Colégio 7 (privado), que disponibiliza o catálogo virtual para acesso remoto, ambas estas bibliotecas do sistema privado.

As Questões seguintes tratavam sobre a realização dos processos de classificação, catalogação e indexação. Os processos de catalogação são realizados por todas as bibliotecas, ainda que de maneira imperfeita. O processo de classificação é realizado por sete bibliotecas das oito entrevistadas, sendo diferente no Colégio 6 (público), que não faz esse processo, e, portanto, os materiais são organizados em ordem alfabética pelo título, o motivo informado pela responsável da biblioteca é a falta de profissional capacitado.

“Nunca foi feito porque nunca teve ninguém pra pedir, pra explicar isso aí.”
 [Responsável pela biblioteca 6, colégio público].

Quanto ao processo de indexação, foram apresentadas três possibilidades: 1) não é realizado; 2) é realizado de acordo com o assunto que já vem informado no livro, ou ainda utilizando a linguagem natural, de maneira básica e não padronizada; e 3) é realizada de acordo com as normas da biblioteconomia, ou o mais próximo possível.

Gráfico 4 – Realização do Processo de Indexação em bibliotecas escolares



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas informações extraídas das respostas das entrevistas – 2022.
 Descrição do gráfico: gráfico de barra representando as respostas das instituições em relação a realização do processo de indexação, “Biblioteca pública”, em azul e “Biblioteca privada” em vermelho.

A resposta 1, foi a opção para os Colégios 1, 4 e 6, da rede estadual. A resposta 2 foi o caso para os Colégios 2 e 8 (públicos), indicando a presença tanto na rede pública como na privada. Sendo a indexação realizada utilizando a linguagem natural, sem parâmetros e regras para uniformização dos termos utilizados. Já os Colégios 3 e 7 (privados), ambos da rede privada, realizam o processo de indexação de maneira mais complexa e padronizada, ou seja, pertencem ao grupo de resposta 3. O Colégio 5 (privado), também particular, respondeu que faz uso da indexação “porém não muito”. Também se encaixando na última categoria.

A próxima questão indagou sobre a existência de políticas de modo geral nas bibliotecas escolares. O Colégio 1 (público), identificou que a biblioteca não possui políticas próprias, porém segue uma série de normas apresentadas no Projeto Político Pedagógico da escola. Logo, também não há a existência das políticas de indexação ou manuais. Os Colégios 2, 5, e 8 não possuem qualquer tipo de política, sendo a biblioteca do Colégio 5 a única de cunho particular. O responsável pelo Colégio 6 (público), informou não saber se existem políticas na biblioteca. De acordo com os responsáveis, a não existência de políticas, não possui um motivo específico ou o responsável não sabe dizer a razão, para aquelas que possui automatização, todos os processos que poderiam e deveriam seguir uma política, são realizados pelo sistema e portanto não há necessidade de um documento formalizando as ações realizadas, de acordo com as bibliotecas. Os Colégios 3, 4 e 7, possuem políticas, todavia não de indexação, entretanto a Biblioteca 3 possui um manual de indexação.

O questionamento seguinte foi acerca da opinião do entrevistado sobre a eficácia da organização atual da biblioteca.

Para o responsável do Colégio 1 (público), a organização funciona da maneira atual. Segundo o entrevistado:

“...eu não sei se para biblioteca da escola, que é tão pequena, né, esse tipo de conceito, que vocês aprendem seria necessário, né, eu não sei, porque aqui é muito limitado, a vinda deles aqui [...] então assim, pro empréstimo e pra devolução, pro trabalho deles eu acho que sim, que tá bom.” [Responsável pela biblioteca 1, colégio público].

Os profissionais do Colégio 2 (público), explicaram que a organização da biblioteca funciona, contudo poderia melhorar no quesito automatização, que é inexistente nesta biblioteca. A bibliotecária do Colégio 3 (privado), indicou que a organização é eficaz. Para o responsável do Colégio 4 (público), a organização é eficaz e não há necessidades de melhorias. O bibliotecário do Colégio 5 (privado) informou que a organização da biblioteca é boa e atende suas necessidades. O responsável pela biblioteca do Colégio 6 (público) indicou que a forma como a biblioteca encontra-se serve ao propósito desejado, ou seja, ela funciona da maneira em que se encontra. A bibliotecária do Colégio 7 (privado), respondeu que atualmente a organização atende às necessidades da biblioteca e seus usuários. Por último a profissional do Colégio 8 (público), disse que a organização funciona, mas poderia melhorar.

A pergunta a seguir solicitou a opinião do entrevistado sobre a realização da indexação e implementação das políticas de indexação, se esses processos seriam benéficos à biblioteca. Para os bibliotecários e responsáveis das bibliotecas 1, 2, 3 a resposta foi sim. Na opinião do profissional do Colégio 4 (público), não há uma necessidade imediata. De acordo com o bibliotecário do Colégio 5 (privado) não é uma demanda para a biblioteca escolar.

“Eu acredito que não, porque eu classificando os assuntos eu já consigo recuperar os assuntos, eu já consigo recuperar a informação que é necessária.” [Responsável pela Biblioteca 5, colégio privado].

Assim como a biblioteca anterior, os responsáveis pelas bibliotecas 6 e 7, também acreditam que, para o público que atendem, não é uma necessidade.

A profissional do Colégio 8 (público) respondeu:

“Sim, porém precisa antes estruturar os locais, capacitar as pessoas, pensar no estado como um todo.” [Responsável pela Biblioteca 8, colégio público].

Para nenhum dos colégios foram realizadas as perguntas 13,14 e 15, uma vez que tratavam especificamente das políticas de indexação e não houve qualquer biblioteca com essa característica.

Por último para a questão a respeito do uso de vocabulários controlados, em quase todos as bibliotecas a resposta foi negativa. Com exceção do Colégio 7 (privado), que faz uso de termos controlados, através do sistema, mas não possui um vocabulário controlado formalizado que atenda especificamente à biblioteca. Todavia são seguidos padrões, fazendo uso da linguagem controlada e não natural. No cenário da biblioteca os vocabulários são voltados para os bibliotecários e não aos alunos.

No que tange à etapa de coleta de dados pela observação, lastimavelmente, não foi possível realizar a observação das políticas de indexação nas bibliotecas escolares no contexto público e privado de Londrina, uma vez que nenhuma das oito bibliotecas observadas possuem esse documento. Todavia foi realizada a análise da presença dos profissionais, bibliotecários ou não, e do espaço em que a biblioteca está alocada.

A começar com as cinco bibliotecas escolares da rede pública de Londrina, através da observação foi possível constatar que o bibliotecário é de grande importância, principalmente dentro do âmbito escolar. Apesar de todos os espaços das bibliotecas

estarem configurados de tal forma, é claro que a falta do profissional especializado na área faz falta.

No Colégio 1 (público), o profissional responsável, deu-se por satisfeito pela organização e disse não haver necessidade da indexação ou da política de indexação, uma vez que o tempo passado pelos alunos no espaço é limitado e escasso. A visão exposta pelo profissional evidencia a falta de domínio acerca do fazer bibliotecário, pois, acredita-se que com a presença do bibliotecário haveria ações que promovessem a biblioteca e por consequência maior frequência de usuários. Em contraste o Colégio 2 (público), possui dois profissionais que também não são da área, mas realizam atividades de mediação com os alunos para a promoção da leitura. A falta do bibliotecário todavia ainda é perceptível, uma vez que a configuração física do espaço parece ser restritiva, já que parte do acervo encontrava-se atrás do balcão de atendimento, com avisos de áreas que não devem acessadas livremente, além da falta de automatização.

No o Colégio 4 (público), foi possível perceber que o trabalho realizado pelo profissional vem a ser nada mais que encontrar livros nas estantes dispostas no espaço chamado de biblioteca. Apesar de a biblioteca estar automatizada, como o profissional não é um bibliotecário, é perceptível que não explora todas as possibilidades ofertadas pelo sistema e se limita à busca por títulos ou autor, contrário a realidade que poderia ser, caso um bibliotecário fosse responsável, já que seria capacitado a realizar indexação, possibilitando e facilitando a busca por assunto e palavras-chave.

O Colégio 6 (público), possui uma biblioteca que, pela falta de profissional bibliotecário e consequentemente de diretrizes que regem as ações a serem realizadas dentro de uma biblioteca escolar, encontra-se defasada. Ficou evidente que esta biblioteca, e praticamente quase todas as outras bibliotecas da rede pública analisadas por esta pesquisa, é vista como um depósito de material, independente se o mesmo é utilizado pelos usuários, ou é útil para a biblioteca. Vista como local de guarda de materiais da escola de modo geral, ou seja, no espaço da biblioteca são encontrados livros didáticos que não fazem ou farão parte do acervo, livros esses que ocupam a maior parte do espaço. Infelizmente, a mesma realidade pode ser observada na Biblioteca 8. Nessa perspectiva, evidencia-se que a falta do profissional bibliotecário, e por conseguinte de políticas, normas e diretrizes próprias do fazer bibliotecário impedem que atividades de incentivo à leitura, mediação da informação e cultural, uso e apropriação da informação

sejam realizadas. Porquanto não há quem ‘lute’ pela biblioteca e os interesses dos usuários.

Voltando o olhar para as bibliotecas da rede privada, a situação já se mostra melhor, pois todas possuem um bibliotecário. Nessas bibliotecas é possível observar que as diferentes faixas etárias possuem o seu espaço na biblioteca, e os bibliotecários adequam a forma como organizam o acervo nas prateleiras para os respectivos públicos-alvo. Esse fato, não pôde ser observado no contexto das bibliotecas da rede pública. O espaço está lá, usa quem tiver interesse. Além da ação do bibliotecário nas bibliotecas escolares, outro fator de grande influência é o interesse da instituição nesse espaço, o que demanda investimento. As bibliotecas escolares privadas, claramente possuem mais recursos à sua disposição para uso exclusivo da biblioteca. As bibliotecas das instituições públicas, por outro lado, devem disputar pelos poucos recursos, e como não há profissionais bibliotecários, essa disputa fica mais complicada ainda.

Outro ponto que se pode observar é que, os responsáveis pelas bibliotecas, sejam eles de qualquer área, não possuem conhecimento das legislações acerca do espaço em que trabalham, e têm como entendimento que o trabalho do bibliotecário é somente a entrega de livros para os usuários. Consideram que em bibliotecas escolares o profissional mais adequado para o trabalho é o professor e não tem clareza de todos os processos e ações que o bibliotecário realiza.

6 CONCLUSÕES

A pesquisa possibilitou averiguar que as bibliotecas escolares públicas de Londrina não possuem o cargo de ‘bibliotecário’, todavia isso não impede a existência do espaço ‘biblioteca’, com a realização dos processos técnicos como catalogação e classificação. Porém não há políticas que regem os processos e ações desenvolvidas pelos profissionais responsáveis. Enquanto nas bibliotecas escolares privadas apesar da existência do bibliotecário, nem todas as instituições empregam o profissional ou possuem a biblioteca, optando por dispor de outros espaços que não demandam um bibliotecário. Por meio do questionário foi perceptível que os profissionais responsáveis pelas bibliotecas escolares públicas compreenderem que o profissional que trabalha na biblioteca designa-se ‘bibliotecário’, todavia pela entrevista e observação não reconhece que o mesmo é profissional adequado para gerir a biblioteca.

Algumas diferenças entre as bibliotecas escolares públicas e privadas de Londrina, puderam ser evidenciadas nesta pesquisa pela nítida falta de profissionais na rede pública. A inexistência do cargo de 'bibliotecário' na rede pública é uma das causas da ausência das políticas de indexação, ainda que não possa ser considerada o único fator, visto que nas bibliotecas privadas, ainda que equipadas de bibliotecários capacitados, em sua maioria, também não possuem políticas de indexação.

Por meio do estudo realizado foi possível perceber que mesmo as bibliotecas que possuem bibliotecários, não veem as políticas de indexação como uma necessidade imediata, e as bibliotecas públicas, não possuem os profissionais necessários para a implementação da referida política.

Quando comparamos ambos os contextos socioeconômicos entre as bibliotecas escolares públicas e privadas é plausível admitir que as escolas privadas possuem vantagem quanto ao apoio que as instituições na qual estão inseridas proporcionam. Todavia, fica evidente, que uma vez que o apoio econômico e profissional existe, é papel do bibliotecário implantar as políticas de indexação, assim como realizar o processo.

Assim, considerando os resultados da pesquisa, entende-se, que precedente à análise das políticas de indexação, ou qualquer outra política e processo técnico, é necessário entender como levar os bibliotecários às bibliotecas escolares da rede pública de Londrina. Conscientizar a comunidade escolar, seja ela pública ou privada, do papel que este profissional desenvolve e como ele é imprescindível. As bibliotecas escolares são uma área de pouco estudo dentro da biblioteconomia, fato que pode contribuir para a falta de ações na área.

A ausência de políticas de indexação é certamente uma evidência de que o acesso e apropriação da informação em bibliotecas escolares vem sendo negligenciado, e portanto, são necessários mais investimentos, profissionais, pesquisas e diretrizes governamentais efetivamente implementadas.

Nessa perspectiva se considera oportuno enfatizar a necessidade de um olhar mais atento às bibliotecas escolares em âmbitos público e privado, realçando o poder transformador que uma biblioteca pode exercer no ambiente escolar, principalmente em contextos socioeconômicos mais desfavorecidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 05 maio. 2021.

CARIAS, Natália Maria Gomes Gaspar. **Biblioteca dual: de biblioteca escolar a biblioteca pública**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012. 112 p. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3836>. Acesso em: 01 maio. 2021.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/73170>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isidoro, Políticas de Indexação na América Latina. **IBERSID**, v. 3, p. 155-162, 2009. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3735>. Acesso em: 02 jan. 2022.

GOMES, Débora Galdino. **Biblioteca escolar: um recurso para a formação do leitor**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2212>. Acesso em: 10 mar. 2022.

IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO**. São Paulo, [200-]. 4p. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso 05 jul. 2022.

LOPES, Eunice de Faria. Avaliação de serviços de indexação e resumo: critérios, medidas e metodologia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 14, n. 2, 1985. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/73206>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MAIA, Paula Kaila de Souza. **Bibliotecário e biblioteca escolar: parâmetros entre biblioteca escolar pública e privada**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/39789>. Acesso em: 05 jul. 2022.

MENDONÇA, Isis Silva. **Lei 12.244/10: universalização das bibliotecas escolares brasileiras**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2016. 64p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2750>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MERRIAM, Sarah B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

NUNES, Claudio Omar Iahnke. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22625>. Acesso em: 04 abr. 2022.

RUBI, Milena Polsinelli. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. (org.); *et al.* **A indexação de livros: percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-94.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez. 2011. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797/pdf_63. Acesso em: 02 maio. 2021.

SILVA, Lucas Carlos de Oliveira; SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos. Proposta metodológica para o estabelecimento de política de indexação para a biblioteca escolar. **CRB8 Digital**, n. 1, v. 5, p. 173-182, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10005>. Acesso em: 04 maio. 2021.

TERRA, Ana Lúcia Silva; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; AGUSTÍN-LACRUZ, Maria Del Carmen. School Libraries and Indexing Policies in Brazil and Portugal. **Knowl. Org.**, n. 4, p. 279-284, 2016.

YIN, Robert K. **Case study research: design and methods.** Thousand Oaks: SAGE Publications, 2002.

Recebido em: 05 de fevereiro de 2023
Aprovado em: 03 de setembro de 2023
Publicado em: 03 de setembro de 2023